



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
2ª Câmara de Julgamento

Resolução Nº 338 /2009

Sessão: 53ª Ordinária de 10 de março de 2009

Processo Nº: 1/0693/2004

Auto de Infração Nº: 1/200314924

Autuante: Ana Maria Batista S. Luz

Recorrente: Cejul e Brock Distribuidora de Máquinas e Produtos

Recorrido: Ambos

Relatora: Ana Maria Martins Timbó Holanda

EMENTA: ICMS. Omissão de venda. Procedimento fiscal com base em Levantamento Específico e Quantitativo de Mercadoria- SLE. Nulidades suscitadas pela recorrente afastadas por unanimidade. Auto de infração PARCIAL PROCEDENTE com base em laudo pericial. Recursos Oficial e Voluntário, conhecidos e não providos. Confirmada a decisão singular por

unanimidade de votos. Infringência ao art. 127- I, 169 e 174, combinado com o art. 434, II do Decreto 24.569/97 com penalidade inserta no artigo 123, inciso III alínea "b" da Lei 12.670/96, alterada pela Lei 13.418/2003.

RELATÓRIO:

A peça vestibular dos autos acusa o contribuinte de:

"Falta de emissão de documento fiscal, em operação ou prestação acobertada por nota fiscal modelo 1 ou 1ª e/ou série "D" e cupom fiscal."

"Após levantamento quantitativo de estoque de mercadorias através do sistema de levantamento de estoque SLE, constatamos que a empresa no período de 01.01.2001 a 31.12.2001 promoveu saídas de mercadorias sem as mesmas estarem acobertadas das respectivas notas fiscais de saídas no vr \$ 23.460,06 ."

A auditora indica os dispositivos infringidos, a penalidade aplicável ao caso e elabora o demonstrativo do crédito tributário.

Na informação complementar, a agente fiscal ratifica a infração estampada na inicial e diz haver apresentado espontaneamente ao contribuinte o resultado do levantamento fiscal de estoque, solicitando, na oportunidade, conferência dos lançamentos a fim de dirimir dúvidas e possíveis erros antes do lançamento do crédito tributário sendo consideradas, nesta fase, outros documentos fiscais de mercadorias

enviadas para conserto e ainda, a entrada da mesma nota fiscal de saída para exposição da mercadoria no estado de São Paulo. Afirmar, por fim, que todas as considerações apresentadas pelo contribuinte foram aceitas.

Às fls. 39/42 dos autos repousa a peça impugnatória ofertada pelo sujeito passivo, contendo a seguinte fundamentação:

Afirma o defendente que tem um único fornecedor, a Eurobrasil Indústria Ltda., que realiza importação e as distribui com exclusividade para o peticionário. Que sua área de atuação é praticamente os outros estados da federação, com poucas vendas para o Estado do Ceará. Afirmar que vende bens de capital, o que torna o seu "modus operandi" diferente dos demais contribuintes, sendo necessário que o cliente conheça o produto para somente depois adquiri-lo.

Alega que vende máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado de seus clientes.

Argui que no item 19 do levantamento, onde consta uma saída de máquina de café sem nota no valor de R\$ 3.500,00, é pelo resumo, a Máquina para embalar café marca Orved. Elabora breve demonstrativo indicando, ao final, valor inferior ao indicado na inicial.

Menciona ter comunicado a auditora a existência de nota fiscal de compra nº 1110 emitida em 14.12.2001, cuja via original foi extraviada,

podendo ser constatado o fato por meio de cópia e o livro de saída do emitente.

Ao final da impugnação requer imparcialidade e justiça na apreciação dos fatos.

A fim de dirimir quais dúvidas, a douta julgadora converte o curso do processo em realização de perícia para verificação do produto constante do item 19 alegado do levantamento fiscal.

A perita designada para efetuar o trabalho de revisão, após a análise dos documentos procede a correta classificação dos produtos questionados pelo defendente, elabora um novo quadro totalizador e apresenta uma omissão de saídas no valor de R\$ 19.353,14 (dezenove mil, trezentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

A entrega do Laudo Pericial ensejou a manifestação do sujeito passivo (fls. 134/136), alegando que após novo levantamento, constatou a compra de itens diversos, entre eles 6 amortecedores sem especificação que não foram considerados no levantamento e assevera que o total das saídas da mercadoria Multiplique, não coincide com o levantamento da empresa indicando a diferença de apenas uma peça.

Submetido a apreciação na instância singular, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente com amparo no laudo pericial.

Insatisfeito com a decisão exarada na instância monocrática, o sujeito passivo interpõe Recurso Voluntário alegando em sede de preliminar cerceamento ao direito de defesa em virtude de falta de descrição dos fatos e ausência de cópias de processos administrativos que seriam de vital importância para o deslinde da questão em apreço.

Assevera haver solicitado junto ao CEXAT Joaquim Távora cópia dos autos de infração 2002.12022 e 2002.12023, mas para sua surpresa recebeu da Coordenadoria Administrativa do Arquivo Geral informação de que inexistem neste setor os referidos Autos de Infração.

Ao final da peça recursal requer em sede de preliminar a nulidade do auto de infração e no mérito, caso sejam encontrados os processos administrativos requer a reabertura de prazo a fim de analisá-los exercer o seu direito de defesa através de nova perícia.

O parecer da Consultoria Tributária, adotado pela douta Procuradoria Geral do Estado, opina pela confirmação da sentença de Parcial Procedência exarada pela autoridade julgadora singular.

É o Relatório.

VOTO DA RELATORA:

Trata-se, neste caso, de saída de mercadoria sem cobertura documental, detectada mediante Levantamento Quantitativo de Estoques de Mercadorias – SLE.

Importante mencionar, no caso presente, que a auditora fiscal oportunizou ao contribuinte revisão do trabalho de fiscalização antes da lavratura do Auto de Infração. Muito embora não haja previsão legal que ampare o procedimento adotado pela nobre autuante, a abertura da discussão pré-lançamento entre fisco e contribuinte, me parece bastante salutar, pois tem como objetivo correções e aperfeiçoamento do ato de Lançamento.

A existência de questão prejudicial impõe que se analise a alegativa do recorrente. É o que faço inicialmente. Com efeito, aduz o sujeito passivo em sua peça recursal que o Auto de Infração de nº. 200314924 é nulo por cercear o seu direito de defesa em virtude de falta de descrição dos fatos e ausência de cópias de processos administrativos que seriam de vital importância para o deslinde da questão em apelo.

Examinando os autos, verifico que tal argumento não guarda procedência. O autuante descreveu com clareza a acusação fiscal e para suportar seus dizeres anexou aos autos os documentos de fls. 10/36 Planilhas de entradas, saídas, totalizador do levantamento quantitativo de mercadoria e cópias de notas fiscais. Outro fato que merece atenção diz respeito ao pedido de revisão pericial do contribuinte. Ora só se pede revisão pericial quando há clareza na acusação fiscal. A análise de mérito

do presente processo pelo contribuinte acusado me dá a certeza que a acusação fiscal não se encontra imprecisa. Quanto aos processos administrativos que diz haver relação com a infração, também não merece acolhimento. No caso em apreço o período indicado como infringido é o do exercício de 2001 – janeiro à dezembro, conhecido pelos que labutam na área fiscal tributária como “exercício fechado”. Os inventários, inicial e final são levantados pelo próprio contribuinte, não havendo relação com exercícios passados como deseja o recorrente.

Conveniente, no caso sub judice, tecer algumas considerações acerca do levantamento fiscal que originou o Auto de Infração de nº 1/200314924.

Primeiramente, o levantamento fiscal foi montado com os dados colhidos nos livros e documentos fiscais do recorrente, representados por espécie de mercadoria, quantidades existentes nos inventários, inicial e final, quantidades entradas e quantidades saídas. A análise de todos esses dados, lançados para apuração no Quadro Totalizador é confirmatória da saída de mercadoria desacompanhada de documento fiscal. O resultado final indicado no totalizador não deixa dúvida quanto à falta de emissão de documento fiscal pelo contribuinte autuado.

Demais disso, não resta dúvida quanto ao cometimento da infração e nesse sentido, é de se observar que o artigo 127 inciso I do Decreto 24.569/97 (RICMS) determina que a nota fiscal modelo 1 ou 1-A seja emitida conforme as operações e prestações realizadas pelos contribuintes do imposto.

Já o artigo 174 inciso I do mencionado Diploma Legal, assinala que a nota fiscal será emitida antes de iniciada a saída da mercadoria ou bem.

Pela análise dos comandos legais acima citados é fácil concluir que o sujeito passivo não atendeu às determinações legais, infringindo, destarte, a legislação do ICMS, sujeitando a aplicação da penalidade prevista no art. 123, III, "b" da Lei 12.670/96 alterada pela Lei 13.418/2003

Como se vê, os argumentos do recorrente, já amplamente refutados na decisão singular e no parecer emitido pela Consultoria Tributária, e com rápidas pinceladas no presente voto, restaram absolutamente infundados.

Isto posto, voto pelo conhecimento de ambos os recursos, negando-lhes provimento para confirmar a decisão singular julgando PARCIALMENTE PROCEDENTE o auto de infração em consonância com o parecer a douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ICMS.....R\$ 3.290,03

MULTAR\$ 5.805,94

TOTAL.....R\$ 9.095,97

DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente Célula de Julgamento 1ª Instância e Brock Distribuidora de Máquinas e Produtos Ltda, recorrido ambos.

Decisão: 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos Oficial e Voluntário, e afastar as preliminares de nulidade suscitadas no recurso voluntário, sob o argumento de falta de clareza no relato do auto de infração e pela falta das cópias integrais dos autos de infração de números 2002120022 e 200212023, relativos ao exercício de 2000. As nulidades foram afastadas sob o entendimento de que a acusação fiscal está clara e precisa, devidamente impugnada, tendo sido, inclusive, realizada perícia em face de equívocos apontados pelo contribuinte e, por último, porque a falta de cópia integral dos processos relativos aos autos de infração de números 200212022 e 200212023 não ocasiona prejuízo à parte, uma vez que são atinentes ao exercício de 2000, enquanto os autos de infração ora em julgamento são relativos ao exercício de 2001. No mérito, também por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento aos recursos interpostos, para confirmar a decisão **parcialmente condenatória** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.


**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 08
de maio de 2.009.


José Wilame Falcão de Souza

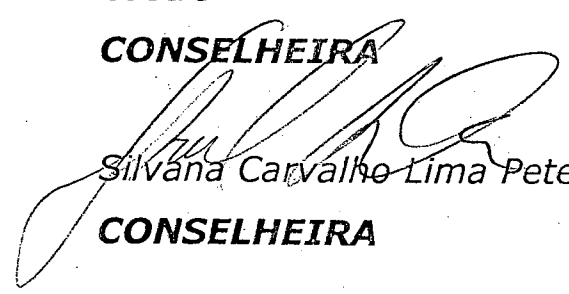
PRESIDENTE


Francisca Marta de Sousa

CONSELHEIRA


Sandra Maria Tavares Menezes de Castro

CONSELHEIRA


Silvana Carvalho Lima Petelinkar

CONSELHEIRA


Ana Maria Martins Timbo Holanda

CONSELHEIRA RELATORA


Ubiratan Ferreira de Andrade

PROCURADOR DO ESTADO


Marcos Antonio Brasil

CONSELHEIRO


José Moreira Sobrinho

CONSELHEIRO


Sebastião Almeida Araújo

CONSELHEIRO


Pedro Eleutério de Albuquerque

CONSELHEIRO